



Edifes
ACADÊMICO

CADERNO METODOLÓGICO DE EXTENSÃO:

MEIO AMBIENTE, METÁFORAS E MULTITERRITORIALIDADES

Gabriel Roccon
Robson Malacarne



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

Gabriel Roccon
Robson Malacarne

Caderno Metodológico de Extensão:
Meio ambiente,
Metáforas e
Multiterritorialidades



Edifes
ACADÊMICO

VITÓRIA, ES
2025



Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
R. Barão de Mauá, nº 30 – Jucutuquara, Vitória – ES. CEP: 29040-689
www.edifes.ifes.edu.br | editora@ifes.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES)

Reitor: Jadir José Pela
Pró-Reitor de Administração e Orçamento: Lezi José Ferreira
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Luciano de Oliveira Toledo
Pró-Reitora de Ensino: Adriana Pionttkovsky Barcellos
Pró-Reitor de Extensão: Lodovico Ortlieb Faria
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: André Romero da Silva
Coordenador da Edifes: Adonai José Lacruz

CONSELHO EDITORIAL

Aldo Rezende • Aline Freitas da Silva Carvalho • Aparecida de Fátima Madella de Oliveira • Felipe Zamborlini Saiter • Gabriel Domingos Carvalho • Jamille Locatelli • Márcio de Souza Bolzan • Mariella Berger Andrade • Ricardo Ramos Costa • Rosana Vilarim da Silva • Rossanna dos Santos Santana Rubim • Viviane Bessa Lopes Alvarenga.

COMITÊ CIENTÍFICO

Leonardo Bis dos Santos
Priscila de Souza Chisté
Érika Sabino de Macêdo

Projeto gráfico e diagramação: Gustavo Nascimento

Este livro foi avaliado e recomendado para publicação por pareceristas ad hoc.
Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HUMANIDADES (PPGEH)

Hudson Luis Côgo
Diretor Geral

Luciano Lessa Lorenzoni
Diretor de Ensino

Telma Carolina Smith
Diretora de Extensão

Roseni da Costa Silva Pratti
Diretora de Administração

André Gustavo de Souza Galdino
Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação

Nelson Martinelli Filho
Coordenador do PPGEH

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

R671c Roccon, Gabriel.
Caderno metodológico de extensão [recurso eletrônico] : meio ambiente metáforas e multiterritorialidades / Gabriel Roccon, Robson Malacarne. – 1. ed. - Vitória : Edifes Acadêmico, 2025.
1 recurso digital: ePub ; il. ; 41 p.
ISBN: 978-65-5331-040-7 (E-book)
1. Juventude – Política governamental – Brasil. 2. Geografia humana. 3. Educação não-formal. 4. Humanidades. I. Malacarne, Robson. II. Instituto Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD 21 – 305.235

Elaborada por Ronald Aguiar Nascimento – CRB-6/MG – 3.116
DOI: 10.36524/9786553310407

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Nível de Ensino: Educação não formal

Área de Conhecimento: Ensino

Público-Alvo: Gestores e profissionais com atuação em Políticas Públicas de Juventude

Categoria deste produto: Material Didático/Instrucional (PTT1)

Finalidade: Auxiliar na elaboração e organização de práticas pedagógicas na área de Humanidades com foco na Geografia

Organização do Produto: O produto foi sistematizado em três capítulos que tratam dos referenciais teóricos, e uma proposta de percurso metodológico de extensão. Além destes, compõem o material a apresentação, as considerações finais, e as referências bibliográficas.

Registro de Propriedade Intelectual:

Disponibilidade: Irrestrita, mantendo-se o respeito à autoria do produto, não sendo permitido uso comercial por terceiros.

Divulgação: Digital. URL: <https://repositorio.ifes.edu.br/>, <https://educapes.capes.gov.br/>

Processo de Validação: Validado em ação formativa com público-alvo e na banca de defesa da dissertação.

Processo de Aplicação: Aplicado gestores e profissionais com atuação em Políticas Públicas de Juventude por meio de ação formativa.

Impacto: Médio. Produto elaborado a partir de análise de documentos referentes à implantação de uma política pública a nível estadual, com registros de atividades desenvolvidas juntamente à equipe gestora de um Centro de Referência das Juventudes, com o intuito de promover reflexões e estimular novas formas de práticas educativas em espaços não formais.

Inovação: Médio teor inovativo. O produto apresenta levantamentos teóricos, imagens e reflexões sobre o percurso de realização de um Circuito Formativo em Direitos Humanos como parte do escopo da metodologia do Centro de Referência das Juventudes.

Origem do Produto: Trabalho de Dissertação intitulado "PRÁTICAS EDUCATIVAS EM GEOGRAFIA NO CRJ FEU ROSA: POR UMA ABORDAGEM MULTITERRITORIAL COM AS JUVENTUDES", apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH) do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e vinculado ao Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Desconstrução, Economia Criativa e Sustentabilidade (Poien).



APRESENTAÇÃO DOS AUTORES



▶ Robson Malacarne

Pesquisador de desenvolvimento de competências para sustentabilidade, Solução Baseadas na Natureza, coletivos, território educativo e economia criativa de base comunitária à luz da tradução derridiana. Pesquisador GEPESE, Colíder Poiein, Diretor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão do IFES Viana, Professor PPGEH, Coordenador do Observatório Capixaba de Economia Criativa.



▶ Gabriel Roccon

Professor de Geografia e Geógrafo (UFES), Mestre em Ensino de Humanidades pelo Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH - IFES). Presidente da Agência de Desenvolvimento Social Jovem (ADESJOVEM), coordenador institucional do Centro de Referência das Juventudes Feu Rosa, e membro do Conselho Estadual de Juventude do Espírito Santo (CEJUVE).

Participante do Laboratório de Estudos Urbano-regionais, das Paisagens e dos Territórios (Laburp) do departamento de Geografia da Ufes e do Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Desconstrução, Economia Criativa e Sustentabilidade (Poien) do Ifes.

SUMÁRIO

▲ Apresentação	7
▲ Parte 1: diálogos sobre a categoria de “juventude(s)”	17
▲ Parte 2: diálogos sobre a categoria de “território”	21
▲ Parte 3: proposta metodológica de Circuitos Formativos em Direitos Humanos enquanto possibilidade de construção coletiva de metáforas	25
Conclusões	42
Referências	44



Contextualizando o caderno metodológico de extensão

A elaboração deste material educativo, quem também pode ser entendido como um produto educacional, é fruto de uma pesquisa de mestrado com linha em Prática Educativas, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH) do Instituto Federal do Espírito Santo.

Mais do que uma proposta de síntese da pesquisa, objetivamos aqui apresentar um percurso metodológico de atividades que foram realizadas através da atuação enquanto profissional de Ciências Humanas, em colaboração com uma equipe de trabalho de formações e acúmulos diversos. Situado em um contexto de metodologia de extensão, a proposta considera diferentes atores, espaços e instituições, que, postos em interação, proporcionaram subsídios e aportes para contribuir com a execução de uma política pública, a partir da incorporação de maneira mais intencional e orientada dos conhecimentos geográficos.

No que se refere ao Centro de Referência das Juventudes Feu Rosa, local que acolheu e viabilizou a realização das atividades, trata-se de um equipamento público vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), que, através de Termo de Colaboração com a Organização da Sociedade Civil ADESJOVEM, possibilita acesso e garantia de direitos aos jovens que são público da política, proporcionando acompanhamento socioassistencial, orientação para o mundo do trabalho, capacitação e formação profissional, atividades artístico-culturais, passeios, etc., os quais, de acordo com a metodologia geral estabelecida para os 14 CRJs atualmente implantados no Espírito Santo, devem ser atravessados por Circuitos Formativos em Direitos Humanos (CFDH), enquanto espaço de formação coletiva para temáticas muito relevantes, que estão divididas em 10 eixos, dentre eles o da Sustentabilidade, Meio Ambiente e responsabilidades.

A possibilidade de contribuir com a democratização dos conhecimentos da geografia, a partir de seus conceitos e modos de leitura, tomados como ferramentas de entendimento e transformação do mundo, proporcionou aportes muito relevantes e consideráveis tanto para o processo da pesquisa, como para a equipe de trabalho envolvida nas atividades, e, conseqüentemente, às juventudes beneficiadas da política pública que é o CRJ.

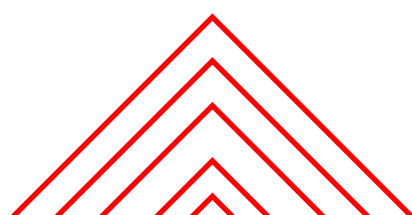
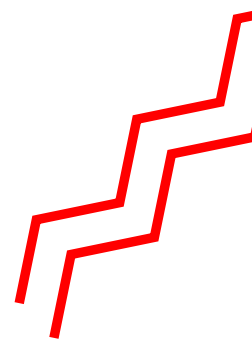
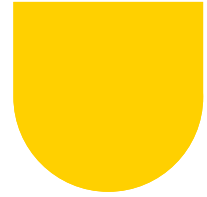
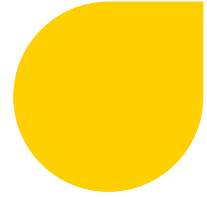


Partimos especialmente sobre a reflexão dos conceitos de *juventude(s)* e *território*, que apesar de muito relevantes, são pouco discutidos em níveis mais profundos, a fim de problematizá-los e desconstruí-los. Estas reflexões são acompanhadas, ao longo do texto, de registros fotográficos com seus respectivos títulos que compõem a exposição fotográfica "Olhares sobre Racismo Ambiental".

Apresentamos na parte 1 uma discussão sobre o conceito da juventude, ou das juventudes no plural, de forma a melhor compreender de que estamos tratando ao propormos pensar e executar uma política pública de juventude, dado que, como nos mostram as bibliografias mais atualizadas, não se trata somente de um recorte etário de indivíduos, mas sim de uma categorização sociológica, antropológica, cultural, construída historicamente.

Já na parte 2, realizamos movimento semelhante sobre a categoria de território, a partir de referenciais da geografia, de modo a buscar diferentes possibilidades de leituras e entendimentos sobre esta categoria, e em como diferentes pressupostos sobre o território leva a abordagens que podem ser nitidamente antagônicas.

Finalmente, na parte 3, apresentamos uma proposta metodológica de práticas educativas que compõem um Circuito Formativo em Direitos Humanos, que culminou na realização de uma exposição fotográfica intitulada "Olhares Sobre Racismo Ambiental", cujos registros e titulação foram realizados com os jovens do CRJ Feu Rosa, enquanto uma possibilidade de expressão artística, materialização de perspectivas e olhares, e construção coletiva de metáforas sobre o próprio território, tomado-o como espaço aberto, múltiplo e passível de ser transformado



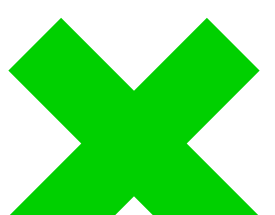
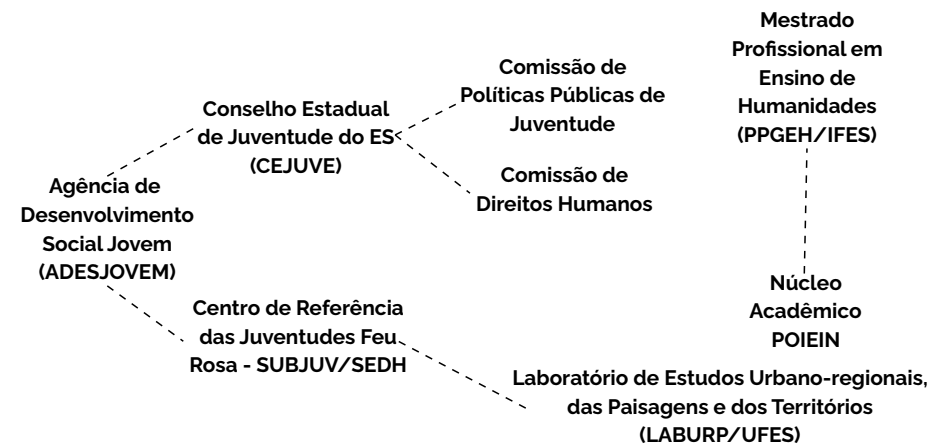
Esta experiência de trabalho é atravessada pela contribuição de diversos agentes e espaços ao longo do processo formativo, sobretudo das dimensões acadêmica, política e profissional. No decorrer do desenvolvimento da pesquisa de mestrado, houve uma integração desses diferentes ambientes e institucionalidades que, em grande parte, orientaram e deram suporte teórico e metodológico para as considerações propostas pela pesquisa.

Neste sentido inclui-se a participação no **Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Desconstrução, Economia Criativa e Sustentabilidade (Núcleo Poien)**, vinculado ao Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), enquanto grupo de investigação onde se insere a pesquisa no programa de mestrado. As contribuições do Núcleo Poiein se deram, sobretudo, no sentido teórico, a partir de discussões acerca da proposta da economia criativa, da desconstrução, da tradução, e da metáfora enquanto processo de construção coletiva de entendimento da realidade. Além disso, o Núcleo desenvolve projeto denominado "Caderno Metodológico: Potências Juvenis Capixabas", a partir do qual acompanha e estimula discussões e aperfeiçoamento dos LabPocas, ou Laboratórios de Potencialidades Capixabas, enquanto proposta de incentivo à economia criativa e desenvolvimento econômico local, presente na metodologia dos CRJs.

No que se refere ao **Laboratório de estudos urbano-regionais, das paisagens e dos territórios (Laburp)**, do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGG - Ufes), foi firmado Termo de cooperação e extensão entre o Laboratório e o CRJ Feu Rosa, objetivando possibilitar espaços de trocas de saberes, viabilizar aos estudantes e pesquisadores vivências em um espaço de educação não-formal, possibilitando enriquecimento das suas formações, oferecendo à equipe de trabalho do CRJ momentos de formação continuada, o enriquecimento das metodologias de trabalho na gestão do serviço, bem como nos processos de tomadas de decisões estratégicas, buscando a promoção da sustentabilidade, dos direitos humanos e do desenvolvimento de base comunitária.

Para que esta integração fosse possível, contamos com o aporte institucional da Adesjovem, Organização da Sociedade Civil que também compõe o **Conselho Estadual de Juventude do Espírito Santo (CEJUVE)**, estando presente nas Comissões Permanentes de Políticas Públicas de Juventude (CPPPJ) e Direitos Humanos (CPDH).

Dimensões acadêmica, política e profissional



A dimensão da educação em espaço não formal

O desenvolvimento das práticas educativas necessitou a busca por parâmetros teórico metodológicos diversos, especialmente a compreensão do CRJ Feu Rosa enquanto um espaço de educação não formal. As contribuições no processo de elaboração das atividades foram orientadas pelas principais proposições da educação não formal apresentadas por Maria da Glória Gohn. Em um empenho de elencar algumas qualidades que a educação não formal pode atingir em termos de metas, em processos planejados de ações coletivas grupais, a autora evidencia a dimensão do aprendizado das diferenças; da necessidade de adaptação a diferentes culturas; do reconhecimento dos indivíduos e do papel do processo de “estranhamento” ao longo do decorrer das atividades educativas; bem como a construção da identidade coletiva desenvolvida ao longo deste percurso (Gohn, 2006).

A autora não deixa de mencionar que a questão da metodologia merece um destaque especial, por se tratar de um dos pontos mais fracos na educação não formal em comparação com outras modalidades educativas, dado que os conteúdos não são definidos a priori, mas sim construídos ao longo do processo (Gohn, 2006, p. 31).

Entretanto, essa mesma demasiada “abertura”, que pode ser lida como fragilidade, carrega consigo as possibilidades de acolhimento de metodologias alternativas, podendo ser operadas por processos de aprendizagem que partam da cultura dos indivíduos e dos grupos, e penetrando-se, portanto, “no campo do simbólico, das orientações e representações que conferem sentido e significado às ações humanas” (Gohn, 2006, p. 32).

Fica evidente também, a partir das considerações da autora, a inexorável provisoriedade das propostas metodológicas no contexto da educação não formal, dado que “o dinamismo, a mudança, o movimento da realidade segundo o desenrolar dos acontecimentos, são as marcas que singularizam esta modalidade de educação” (Gohn, 2006, p. 32).

Posto o desafio de um cenário que considere a existência de tantas possibilidades metodológicas, independente do caminho construído ou reconstruído, é imprescindível

considerar o papel dos “agentes mediadores” ao longo do processo, que, no caso do CRJ, referem-se à equipe de trabalho, a partir dos quais as propostas de intervenção com os jovens são elaboradas, em especial nos momentos de Circuitos Formativos em Direitos Humanos.

Ainda nesse aspecto da atuação profissional conjugada a uma prática investigativa, cabe ressaltar que as atividades aqui elencadas se tratam de um conjunto de proposições provocadas tanto de maneira autônoma pela equipe, mas que também apresentaram intervenções, propostas e “respingos” das provocações trazidas pela pesquisa ao longo do processo, as quais não podem ser individualizadas ou compartimentadas.

Em se tratando de uma reflexão a partir de discussões sobre a importância do trabalho de campo como descoberta e criação, no âmbito da Teoria, Método e Criatividade da Pesquisa Social, Neto (p. 62 in Minayo, 2002) pontua que a técnica da observação participante “se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado”, e que “nesse processo, ele [o pesquisador], ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto”

Qualidades da educação não formal:

aprendizado das diferenças

adaptação a diferentes culturas

reconhecimento dos indivíduos e do papel do processo de “estranhamento” no decorrer das atividades educativas

a construção da identidade coletiva desenvolvida ao longo deste percurso

(Gohn, 2006)



Experiências a partir da prática investigativa

De acordo com a metodologia estabelecida pela Secretaria de Direitos Humanos, os bairros de abrangência do CRJ em questão incluem Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Sítio Esmeralda (Ourimar), Bairro das Laranjeiras, São Patrício, Enseada de Jacaraípe, Lagoa de Jacaraípe, São Francisco, Costa Dourada, Estância Monazítica, Jardim Atlântico, Parque Jacaraípe.

Nos termos das práticas desenvolvidas, trabalhamos com os bairros de Feu Rosa, Vila Nova de Colares e Ourimar, compreendidos enquanto uma conjugação com fluxos territoriais mais expressivos, tanto de circulação como de residência dos jovens que frequentam o Centro. A equipe do CRJ atribuiu, desde a implementação do CRJ em 2021, a denominação CRJ VilaFeuMar, em referência à inicial destes três bairros.

Ao propormos VilaFeuMar a partir de uma dinâmica de interação socioespacial que se aproxima do que poderíamos chamar de um processo de territorialização, busca-se, para além de propor mais um recorte ou delimitação fechada e restrita, a identificação da existência de fluxos e redes, que, ao interagirem, criam conteúdo social a este espaço geográfico. A partir do conceito de Haesbaert de “território-rede” (2002), sua compreensão nos permite identificar

[...] singularidades inovadoras que podem mesmo estar prenunciando hoje a emergência de uma nova “ordem” em que prevaleça, sobretudo, a possibilidade de recriar, pelas próprias coletividades, territórios originais que atendam não só às suas aspirações de sobrevivência e reprodução material, como também à expressão das especificidades culturais que efetivamente mobilizam e animam os grupos sociais.”

(HAESBAERT, 2002, p. 93)



Fonte: IJSN (2023b, p. 87)



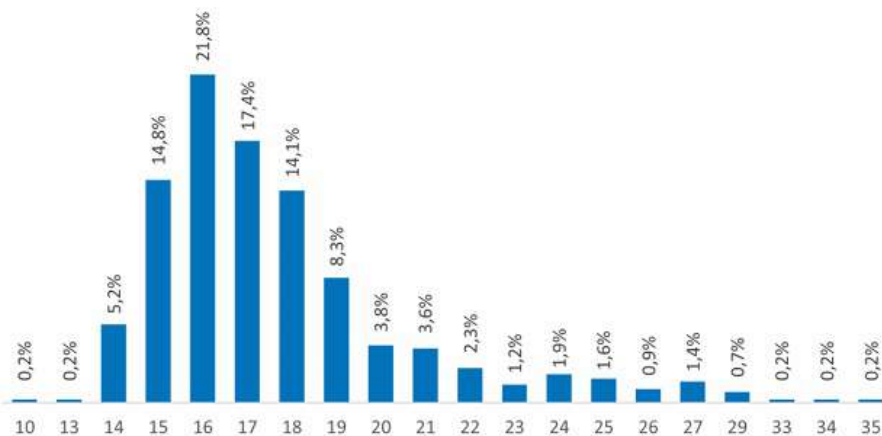
Perfil do público

A partir de dados obtidos entre novembro de 2021 e dezembro de 2022, referentes a 426 jovens, através da Pesquisa de Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes desenvolvida pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), integrando seu Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SIMAPP), foi possível melhor compreender o perfil do público beneficiário.

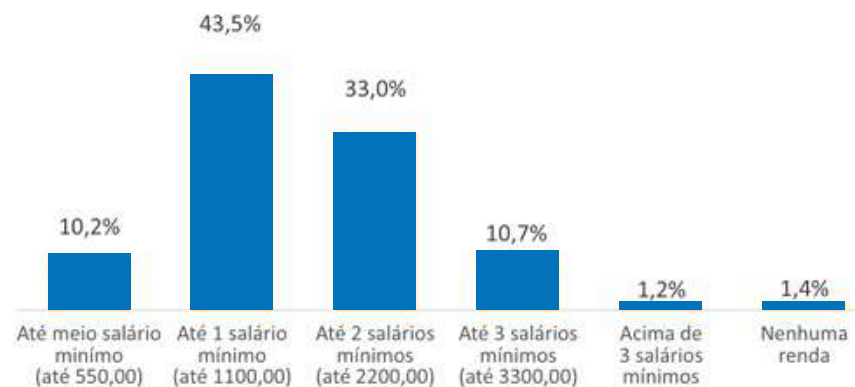
O perfil geral dos jovens indica tratar-se predominantemente de **jovens negros(as)** (79,5%), com renda familiar de **até 1 salário mínimo** em 43,5% dos participantes da pesquisa, com uma idade média de 17,7 anos



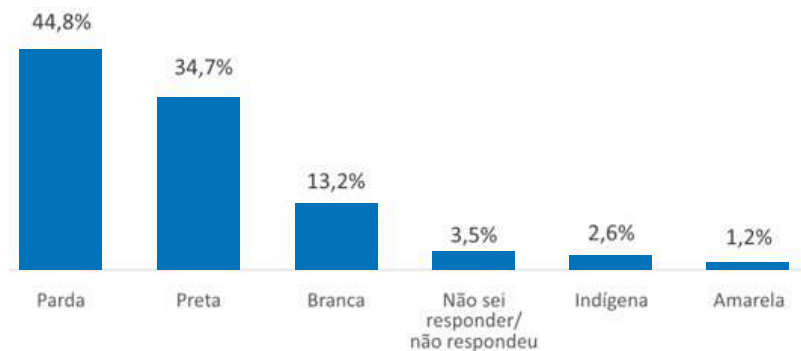
Idade dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa



Renda familiar entre os(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa



Cor/raça dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa



Um ponto importante a ser observado a partir da Pesquisa de Monitoramento e Avaliação é a presença de jovens LGBTI+ como público beneficiado da política, o que demonstra a constituição do CRJ como um espaço de acolhimento de jovens em suas diversidades.

Em relação à identificação de gênero, os/as jovens que preferiram não declarar, não souberam responder e/ou não respondeu à questão, somaram 8,2%. Já no que diz respeito à orientação sexual, o público de lésbicas, gays, bissexuais e assexuais somou 20,7%.

Em relação à orientação sexual, a soma dos(as) jovens que assinalaram que preferem não declarar ou não sabem responder, e os(as) que não responderam de fato, somam 8,7%.

Desta maneira, nota-se que 29,6% das repostas sobre orientação sexual não se encontram imediatamente na heterossexualidade, evidenciando a importância da promoção de discussões acerca de dissidências sexuais e de gênero, e como o CRJ tem se posicionado uma referência neste aspecto.

Importante ressaltar que a própria Metodologia dos CRJs (Espírito Santo, 2022) e a pesquisa realizada pelo IJSN (2023a; 2023b), afirmam sobre a importância do debate e sobre a necessidade de ações para a promoção da diversidade sexual e de gênero, posições essas que responsabilizam, fortalecem e legitimam as medidas que devem ser adotadas na gestão dos Centros de Referência das Juventudes por parte das Organizações da Sociedade Civil..

"Marcadores sociais da diferença como, por exemplo, gênero, orientação sexual, raça/cor, classe social e dentre outros, não podem ser negligenciados na formulação e execução das políticas, pois atravessam e forjam as relações sociais e as perspectivas de atuação, por isto a importância da construção/execução de uma política pública que se atente e parta destas questões, sob uma perspectiva interseccional."

(IJSN, 2023a, p. 42)

Orientação sexual dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa



Os desafios da geografia

O desenvolvimento da habilidade de reconhecer as "geografias" presentes em nosso cotidiano, na nossa casa, bairro, escola, etc. pode ampliar imensamente a compreensão dos grandes dilemas da vida, e contribuir para o entendimento de perguntas básicas, que devemos nos fazer diariamente, tais como: "quem somos?", "de onde viemos?", "para onde vamos?". Além disso, incluiria: "o caminho que estamos tomando enquanto sociedade favorece a mim e à minha comunidade?", "me sinto representado pelo Estado, e pelas instituições que me regulam?".

Entretanto, no que se refere à geografia e às demais áreas do conhecimento, possuir estas e outras habilidades de fazer perguntas cada vez mais abrangentes, críticas, relevantes, que movimentem a transformação social, requer trabalharmos de forma minuciosa alguns conceitos importantes. O contato orientado com esses conceitos, hoje, se dá, via de regra, em dois contextos. De forma mais ampla e abrangente, através da disciplina escolar de geografia, quer seja acompanhado da história, nas tradicionais disciplinas de "história e geografia", quer seja de forma independente, a partir do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), e com mais robustez no Ensino Médio. E de forma mais restrita, aos sujeitos que têm a oportunidade de acessar o ensino superior, este contato pode ser dar pela universidade, enquanto instituição produtora de pesquisa e conhecimento científico, responsável pelo aprimoramento destes conceitos.

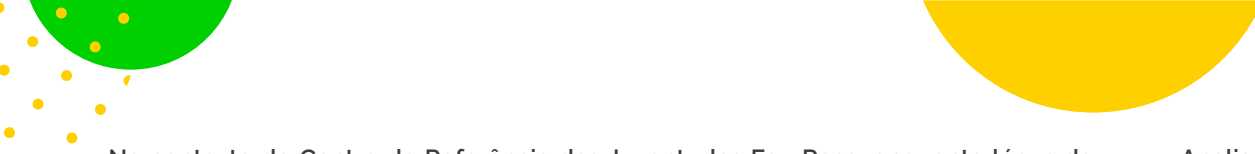
Tomando como referência o contato com a disciplina na escola, os desafios de se difundir os conhecimentos geográficos de forma democrática e efetiva são enormes. Muitas vezes abordagens bancárias e pouco reflexivas (Freire, 2019b) dominam os processos de ensino aprendizagem, e a discussão em geografia fica restrita a um papel enciclopédico, toponímico, categórico e carregado de historicismos. Essa condição é facilmente constatável pelo simples exercício de perguntamos a um brasileiro comum, por exemplo, "quais são as memórias tidas do conteúdo e das aulas de geografia de quando estava na escola?"

Na maior parte das vezes, ao fazermos esta pergunta, encontraremos respostas como: decorar a capital dos países; memorizar bandeiras; ou estudar a distribuição dos biomas brasileiros e globais, etc. Entretanto, tomando o último caso como exemplo, essa experiência de estudar os biomas é normalmente dada a partir de um conteúdo limitado às características de fauna e flora, a formação dos solos, e dos regimes hídricos. Todavia estes conteúdos não são imediatamente associadas às relações culturais construídas a partir daquele bioma específico, naquele recorte geográfico em questão, e em suas relações territoriais de constituição de identidades, hábitos e formas de enxergar o mundo, o que nos parece muito pertinente.



A procura





No contexto do Centro de Referência das Juventudes Feu Rosa, enquanto lócus da pesquisa, a presente investigação busca pensar este espaço como possibilidade de um reencontro dos jovens com conceitos da geografia, de forma mais intencional. Para que isso ocorra, um passo importante é compreender de que forma o CRJ pode ser analisado enquanto um novo elemento de centralidade na teia de relações e conjugações em rede que podem ser identificadas no território. Teia esta composta numa interação entre agentes (sujeitos, coletivos, instituições) já atuantes anteriormente, e que o CRJ desde 2021 busca se aproximar e compor de forma orgânica, bem como por meio das novas relações proporcionadas e conexões ativadas a partir da implementação do CRJ.

▲ A hipótese da pesquisa considera o contexto da articulação dos espaços industriais e habitacionais nas grandes cidades, e sua relação com a justificativa e a demanda pela criação de novos bairros de forma abrupta, com maior intensidade nos anos 80 (Rodrigues, 2007, p. 20), que é o caso de Feu Rosa. Esta formação abrupta do bairro, no contexto da fabricação das cidades brasileiras inseridas no processo de urbanização, certamente se reproduz nas relações de quem ali passa sua vida, seja por escolha ou não. De maneira mais específica, cabe-nos questionar de que forma os jovens do CRJ se enxergam e se constituem a partir do princípio do pertencimento, da cidadania e da mobilização por participação política e transformação social no território em que moram.

▲ Ao tentarmos compreender e nos opormos ao processo de desintegração de vínculos coletivos e culturais nas grandes metrópoles, é possível encontrar indicativos de leituras do território a partir da dimensão cultural (Haesbaert, 2003, p. 17), que sinalizam o fato de “cada vez menos estarem participando as referências espaciais ou a relação com um espaço de referência identitária” no contexto urbano.

Analisando este fenômeno a partir do processo geo-histórico de constituição do bairro Feu Rosa, é possível encontrar em Rodrigues (2007) elementos que evidenciam as contradições da lógica do mercado, dado que, para o autor, o bairro e seu entorno não estão alheios à lógica de constituição das grandes metrópoles brasileiras, compostas por relações identitárias fragmentadas, tendo como consequência a produção de aglomerados humanos de exclusão. Sendo assim, de que forma a incorporação da discussão geográfica junto à gestão do CRJ, em consonância com as atividades oferecidas, pode contribuir para o fortalecimento dos vínculos dos jovens com o território em que vivem? Como a ciência geográfica pode ser utilizada enquanto ferramenta de promoção e fortalecimento de laços simbólicos e de identificação individual e coletiva? A promoção deste esforço pode viabilizar experiências muito ricas e diversas, bem como contraditórias, na busca por alternativas contra-hegemônicas de ensinar geografia, possibilitando reencontros e aprofundamentos com conceitos importantes da geografia com os jovens do território

De que forma a incorporação da discussão geográfica junto à gestão do CRJ, em consonância com as atividades oferecidas, pode contribuir para o fortalecimento dos vínculos dos jovens com o território em que vivem?

Apresentamos a seguir um quadro geral que compreender o objetivo geral da pesquisa, os objetivos específicos, bem como as técnicas, instrumentos e metodologia de análise de dados adotada.



Objetivo geral

Contribuir para a execução da metodologia de trabalho realizada no Centro de Referência das Juventudes Feu Rosa, a partir da metodologia de extensão na perspectiva da geografia e das humanidades, junto à equipe gestora e jovens atendidos pelo CRJ.

Pesquisa social de cunho qualitativo como metodologia de extensão

Objetivos específicos

Compreender o CRJ em seu contexto socio-espacial, inserido no ciclo das políticas públicas de juventude, identificando quais concepções, sobretudo no que se refere aos conceitos de "juventude(s)" e "território", são considerados na implementação do Centro, seja por meio do Estado, da instituição financiadora e da instituição gestora

Contribuir com o desenvolvimento do trabalho da equipe gestora do CRJ Feu Rosa, através de abordagens e conceitos da Geografia e das Ciências Humanas, de forma a promover momentos de reflexão e proposição sobre as práticas desenvolvidas com os jovens atendidos.

Proporcionar aos jovens participantes do CRJ Feu Rosa, através de CFDH, novos contatos com os conceitos da geografia e das humanidades no contexto da educação em espaço não formal, estimulando a discussão sobre a própria realidade espacial, referenciada pelo território em comum, buscando compreender o CRJ enquanto lugar promotor de novas e múltiplas (re)territorializações possíveis.

Desenvolver caderno metodológico com registros e reflexões sobre o processo da pesquisa, bem como sobre o planejamento, execução e avaliação das atividades propostas com equipe gestora, buscando subsidiar a formação continuada da equipe e o aprimoramento da metodologia de trabalho do CRJ

Técnica

Análise bibliográfica e documental

Observação participante

Tradução e desconstrução em espaço não formal

Sistematização

Instrumentos

Referenciais teóricos, documentos do Governo do Estado do ES, BID, Adesjovem e CRJ Feu Rosa

Planejamento, execução e avaliação das atividades

Circuitos formativos, constelação de conceitos, registros

Síntese e reflexões a partir dos registros da pesquisa em formato de caderno metodológico

Análise de dados

Análise de conteúdo de documentos oficiais de agentes implicados na implementação do CRJ Feu Rosa, em relação ao quadro teórico desenvolvido a respeito dos conceitos de juventude(s) e território

Realização de momentos de reflexão com um Grupo de Trabalho sobre exercícios de titulação/metáforas/traduições a partir de fotografias que retratam o território a partir da perspectiva dos próprios jovens

Resultados da vivência de jovens participantes do CRJ em CFDH a partir de atividades com temáticas sobre o meio ambiente, referenciadas pelo território. Participação e integração entre ambientes de ensino, pesquisa e extensão

Desenvolvimento de diálogos metodológicos com descrição das etapas para a replicação de práticas educativas de geografia no contexto da educação em espaço não formal

PARTE 1: DIÁLOGOS SOBRE A CATEGORIA DE “JUVENTUDE(S)”

Um dos desafios postos para quem propõe trabalhar com jovens é justamente a capacidade de fazer um diagnóstico, ou ao menos proporcionar certo nível de compreensão do que é a juventude, o que é o ser jovem, o que significa estar vivo, no mundo, no primeiro quarto do século XXI. Desta forma, buscar estas respostas requer considerar a juventude não enquanto fase efêmera da vida, mas sim enquanto sujeitos de direitos (Abramo, 2005b apud Correa, 2008, p. 98), e enquanto uma categoria social, sobre a qual incidem diversos atravessamentos e conflitos de classes sociais, relações de gênero, relações étnico-raciais. Enfim, relações culturais, que se manifestam em uma espacialidade atravessada por relações territoriais.

No que se refere à execução da política dos Centros de Referência das Juventudes, por se tratar de um equipamento público cujo principal diferencial é fato de ser voltado para indivíduos entre 15 a 29 anos, enquanto recorte geracional, há uma necessidade de aprofundamento sobre o próprio conceito de juventude(s) que são utilizados pelos agentes envolvidos na implementação e execução da política pública, de forma a avaliar criticamente quais concepções e discursos estão implicadas na definição deste conceito.

Sposito (2006), uma das principais teóricas sobre a categoria de juventude(s) no Brasil, a partir de bases da educação e da sociologia, propõe um exercício de “descronologização” da forma como se observam as juventudes, discutindo a definição do que é ser jovem, e o que constituiria as juventudes enquanto um período da vida. Desta maneira, é necessário contestar ideologias hegemônicas que compreendem a autonomia dos sujeitos vinculada tão somente à conquista de independência financeira, o que caracterizaria a vida adulta, enquanto um período de suposta superação da “condição de juventude”

“Com efeito, nas trajetórias individuais dos jovens de uma mesma geração, a condição juvenil comum se entrelaça com as diferentes situações vividas pelos jovens, resultando tanto em pertencimento geracional comum (juventude no singular) quanto na diferenciação social entre os jovens (juventudes no plural).”

(Brasil, 2014b, p.18)

Trecho proveniente de documento organizado pela Secretaria Nacional de Juventude, com o objetivo de apresentar conceitos fundamentais e pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas.



Conforme pesquisa recente sobre jovens, participação política e engajamentos, Sposito et. al (2021) situa esta temática de investigação a partir de acontecimentos recentes na esfera pública brasileira, apontando para um processo de revitalização dos estudos sobre juventudes sobretudo a partir do que denomina como "jornadas de julho de 2013", bem como as ocupações secundaristas das escolas públicas em 2015 e 2016. Ainda sobre a forma de organização dos movimentos sociais, a autora aponta que, "se até os anos 1990, no Brasil, os termos de autodefinição se resumiam a 'associações', 'partidos', 'sindicato', 'redes', 'movimento', atualmente, há uma pluralidade maior, abrangendo também 'coletivos', 'ocupas', 'frentes', 'levantes' etc." (2021, p. 2).

Em contraposição à ideia de generalizar, simplificar ou cronologizar o que se denomina como juventude, Sposito et. al (2021, p. 7) busca reconhecer as desigualdades e diferenças que atravessam a vida dos jovens na sociedade brasileira, e em sua metodologia de pesquisa opta por considerar as temporalidades distintas que percorrem essas vidas, dialogando com a proposta sartreana de "pensar os indivíduos como 'sujeitos em situação', com uma singularidade que não é inata, natural ou essencial, nem provém meramente das tradições e influências sócio-históricas (Sposito et. al, 2021, p. 07).

Já em relação às contribuições de Licínia Maria Correa, a partir de tese de doutorado intitulada "Entre apropriação e recusa: os significados da experiência escolar para os jovens da periferia urbana de São Bernardo do Campo", a autora pontua sua intenção de problematizar o conceito de juventude e proceder ao seu destrinçamento. Por intermédio do substantivo jovens propõe reflexões que transitam sobre adjetivações mais específicas, quais quais: urbanos e pobres (Correa, 2008, p. 15). Para a autora, este esforço permitiu avançar da noção mais ampliada da realidade juvenil, a partir do ponto de vista histórico, antropológico e sociológico.

A partir de demais bibliografias apresentadas ao longo de sua tese, a autora traça um panorama baseado em investigações antropológicas e etnológicas, sendo possível identificar cinco tipos de sociedades e seus respectivos modelos do que hoje chamaríamos de juventudes, sendo eles "[...]os púberes' das sociedades primitivas; os 'efebos' das sociedades estatais antigas; os 'garotos' das sociedades camponesas; os 'rapazes' das sociedades industriais avançadas e os 'jovens' das sociedades pós-industriais" (Correa, 2008, p. 43 apud Feixa, 2004, p. 261). Nota-se que a denominação de "jovem" ou "juventude" se apresenta muito mais como um fenômeno da modernidade. E indo mais além, a autora aponta que, "talvez mais que isso, [a juventude trata-se de] um fenômeno das culturas ocidentalizadas, das sociedades estatais e industrializadas (Correa, 2008, p. 42).

púberes
sociedades primitivas

efebos
sociedades estatais antigas

garotos
sociedades camponesas

rapazes
sociedades industriais avançadas

jovens
sociedades pós-industriais





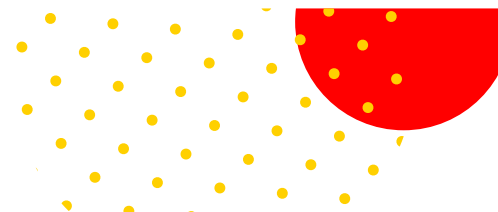
As minhas terras têm história e nelas há lixões



Cemitério



Bagunça



A proposta de dividir as concepções em dois campos teóricos distintos possibilita distinguirmos melhor para onde pode no levar as diferentes compreensões que se pode ter acerca da juventude. Entretanto, apesar de separação em duas categorias antagônicas, é válido ressaltar que nos cotidianos, nas pesquisas, e nos documentos oficiais que orientam, por exemplo, a implementação e execução da política pública do CRJ, estas concepções podem aparecer conjugadas e mescladas, não estando posicionadas de maneira tão divergentes



Concepção de juventude enquanto **condição**

Proposta de descronologização (Spósito, 2006)
Possibilidade do lazer (Pais, 1993 apud Correa, 2008, p. 85)
Descoberta e experimentação (Melucci, 2001a apud Correa, 2008, p. 51; Mead, 1997 apud Correa, 2008, p. 56)
Demarcado por fatores econômicos, de gênero, sexualidade, raça/cor (Goldenberg, 2005; Melucci, 2004 apud Correa, 2008, p. 96)
Juventude cidadã como sujeito de direitos (Abramo, (2005b apud Correa, 2008, p. 98)
Condição específica que demarca interesses e necessidades próprias, desvinculadas da ideia de transição e suas instituições responsáveis (Abad, 2003, p. 23 apud Correa 2008, p. 99)
Processo social (Allenrbeck; Rosenmayr, 1979, p. 21 apud Léon, 2005, p. 14 apud Correa 2008, p. 100)
Construção de identidades (Martín-Barbero, 2002 apud Correa 2008, p. 84)

Concepção **funcionalista** de juventude

Etapa demarcada pela idade (Margulis e Urresti, 2002 apud Correa, 2008, p. 99)
Período superado pela inserção no mercado de trabalho (Spósito, 2006)
Período de preparação para o mundo adulto (Léon, 2005 apud Correa, 2008, p. 100)
Etapa problemática (Correa, 2008, p. 98)
Ameaçadora da ordem social, vide ditaduras militares na América Latina (Correa, 2008, p. 98)
Mão de obra a ser formada (Sposito et al., 2006b apud Correa, 2008, p. 105)
Processo biológico (Allenrbeck; Rosenmayr, 1979, p. 21 apud Léon, 2005, p. 14 apud Correa 2008, p. 100)
Esforço por apreender quantitativamente as datas fronteiriças da existência humana (Mannheim, 1990 apud Correa 2008, p. 52)

PARTE 2: DIÁLOGOS SOBRE A CATEGORIA DE "TERRITÓRIO"

Considerando a importância da geografia e seus conceitos enquanto ferramentas que podem ser adotadas na realização de práticas educativas, buscaremos na categoria de território algumas possibilidades de contribuir para a reflexão sobre a própria realidade espacialmente referenciada.

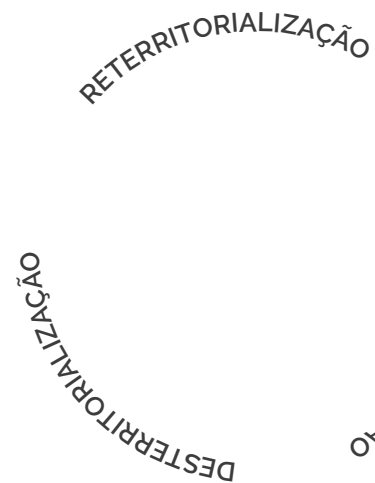
De acordo com Diniz (2021), que discute os conceitos geográficos como um sistema de entendimento da realidade, o autor evidencia que tais conceitos devem ser tomados considerando diferentes significados e definições, dado que não permanecem estáticos, fechados, como se fossem absolutos e imutáveis, estando inseridos na realidade em constante transformação, e abertos a serem disputados e metaforizados.

Para isso, é possível recorrer às discussões e expressivos avanços no campo conceitual da categoria de território a partir de Haesbaert (2003; 2007; 2014), que busca dar bastante importância à dimensão do caráter simbólico nos processos de produção e reprodução das relações espaciais. Para o autor, o território deve ser compreendido enquanto um espaço de referência para a construção de identidades.

Ao discutir a trajetória conceitual de território, bem como evidenciar as diferentes abordagens que este conceito permite trabalhar, Haesbaert (2003) aponta para um processo constante, dividido em três dimensões: a territorialização, ou seja, a constituição de usos e ocupações de espaços geográficos; a des-territorialização, enquanto processos voluntários ou arbitrários, a níveis local e global, de desocupação de determinado(s) espaço(s); e a conseqüente re-territorialização, ou seja, o reordenamento de novas conjunturas espaciais como conseqüência dos dois processos anteriores. Além disso, propõe também uma abordagem para a compreensão das relações territoriais, sendo esta a multiterritorialidade em rede (Haesbaert, 2003), considerando que, de acordo com Braga (2010), a partir de Haesbaert,

"Os conceitos de território-rede e multiterritorialidade tentam superar a dicotomia entre território (rigidez, territorialização) e rede (fluidez, des-territorialização) e que o conceito de multiterritorialidade abre muitas possibilidades temáticas de trabalho em relação ao território e as práticas territoriais que o compõem."

(Braga 2010, p. 27)



Ao se debruçar sobre este conceito e seus desdobramentos, é possível perceber que o território, o qual está imerso em relações de dominação e/ou de apropriação pela sociedade, complexifica-se ao longo de um continuum que vai da dominação político econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva, e/ou 'cultural/simbólica'.

Em um trabalho amplo e atualizado, construído a partir de revisão e reestruturação de diversos textos anteriores, Haesbart (2014) contextualiza em sua obra *Viver no limite: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção* que o debate sobre o espaço geográfico ganha destaque nas últimas décadas sobretudo devido ao processo de "virada" ou "giro espacial" (spatial turn) nas Ciências Sociais, influenciados pelos denominados Estudos Culturais, e mais especificamente no contexto latino americano da própria luta pela terra, nos termos da problemática do território (Haesbaert, 2014, p. 53).

O autor realiza um importante resgate de caráter mais conceitual, focalizando o território entre os demais conceitos da Geografia, especialmente o conceito de espaço enquanto categoria conceitual elementar para os estudos geográficos, propondo uma ideia de "constelação" ou mesmo família de conceitos, sendo a segunda, inclusive, adotada por Milton Santos, que resulta na proposição de uma teia conceitual:

"Numa leitura metafórica bastante simples, mas didática, essa constelação seria composta por uma espécie de conjunto de planetas girando em torno de uma estrela, cuja luz seria o espaço cada astro-conceito só existindo na medida em que compõe o mesmo sistema (aberto), devendo seu movimento ('translação') e seu potencial de esclarecimento (sua 'luz' ou capacidade de iluminação) à relação que mantém com a categoria central, o espaço. Cada conceito, ele próprio, através de nova projeção dessa luz, iluminaria também outras derivações conceituais ou elementos que girariam em função de, seus 'satélites:'"

(Haesbaert, 2014, p. 22)

Além disso, abarca discussões sobre território e multiterritorialidade, e o novo papel desterritorializador do Estado, tomado como um dos principais articuladores dessa lógica zonal de controle. O autor aponta para uma ambiguidade da concepção de território, e como esta contradição se apresenta como uma problemática de caráter político econômico. A questão territorial pode ser dividida em dois grandes "paradigmas": um hegemônico, "capitaneado sobretudo pelas grandes empresas (com o frequente apoio do Estado)", que compreendem o espaço enquanto uma mera extensão ou superfície, enquanto substrato a disponível a ser explorado, instrumento de dominação, de perspectiva funcionalista e extrativista-agro-exportadora (Haesbaert, 2014, p. 53).

Em contraposição, há um paradigma considerado "contra-hegemônico, liderado sobretudo numa linguagem gramsciana, pelos grupos subalternos", que vê o território sobretudo como um espaço-tempo vivido, e que, a partir de considerações de Lefebvre, "densificado pelas múltiplas relações sociais e culturais" em que os sujeitos são vistos como "inter agentes que compõem esse próprio meio e cujo 'bem viver' (como afirmam os indígenas andinos) depende dessa interação" (Haesbaert, 2014, p. 53).

Considerando a concepção que nos convoca à transformação da sociedade, muito presente na teoria de Haesbaert, o autor enfatiza que qualquer ação que se pretenda transformadora necessita, obrigatoriamente, considerar que, "por mais que a desordem capitalista pretenda uniformizar nossos espaços, se não trabalharmos com a multiplicidade de nossas territorializações, não se promoverá nenhuma transformação efetiva" (2014, p. 86). O autor aponta ainda um sério dilema político dessa convocação de refletirmos sobre políticas de espacialidade, e questiona: "como organizar movimentos políticos de resistência através de um espaço tão fragmentado e, em tese, multiescalar e...desarticulado?" (2014, p. 78).

Outro referencial teórico de imensa importância para a pesquisa trata-se de Milton Santos, intelectual brasileiro com absoluta confiança na humanidade, e incansável militante, formado advogado e geógrafo na Universidade Federal (UFBA), além de atuação e publicações ao redor de todo o mundo, conforme aponta a professora Maria Adélia Aparecida de Souza em uma contundente apresentação sobre o autor publicada no Observatório Social de América Latina (Souza, 2005, p. 251).



O teórico, que situa o tempo histórico a partir das dimensões técnica, científica e informacional, traça um paralelo entre o espaço geográfico, principal objeto de investigação da geografia, enquanto sinônimo de território usado. Realizando conexões e transições entre conceitos, afirma que o território usado se constitui em uma “categoria essencial para a elaboração sobre o futuro”, evidenciando seu comprometimento (bem como o da geografia que invoca) a uma ação coletiva prática e transformadora.

▲ Ao evocar a metáfora do “Retorno do território”, Santos afirma que “Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche” (2005, p. 255).

▲ Tratando do território e da dimensão do saber local, o autor pontua que a simples ideia de território não é suficientemente uma categoria de análise, e para que se torne uma categoria como tal, no campo das ciências sociais, e com vistas à “política, com ‘P’ maiúsculo”, deve ser tomado como “território usado”, a partir de seu conteúdo social, e do “dinamismo socioterritorial, socioespacial, essas formas-conteúdo que têm a ver com a existência” (Santos, 1999, pp. 18-19).

▲ Para o autor, a ideia de território usado nos convoca para uma abordagem do território em mudança, em processo, em contraposição a ideias que necessitam reduzir a sociedade em termos estáticos. A partir das colocações de François Perroux, pontua que o território deve ser compreendido “como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos” (Santos, 1999, p. 19).

▲ Milton Santos, tomado como um dos referenciais teóricos de Haesbaert, indica as reverberações dos conflitos de poder e de agenciamento nas relações territoriais, e, ao analisar o território a partir da dimensão da técnica, enquanto conjunto de meios instrumentais e sociais a partir dos quais os sujeitos produzem o espaço geográfico, pontua que “a técnica normativa é normatizada no seu uso e é normativa na sua repercussão sobre os agentes”, ou seja, “(...)os agentes adaptam suas normas para que haja compatibilidade com as normas dos agentes hegemônicos. E essa adaptação rompe com equilíbrios externos e internos, condenando os equilíbrios preexistentes”. (1999, p. 20).

Traçando um paralelo com as considerações mais recentes de Haesbaert (2014), e em movimento semelhante ao proposto por Santos sobre o que este denomina como agentes que normativizam e agentes que são normativizados, o autor pontua que o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que é também e sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos — tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas subalternas de resistência —, pois poder sem resistência, por menor que ela seja, não existe.” (Haesbaert, 2014, p. 59).



Milton Santos na entrada do Edifício de Geografia e Historia da USP
Jorge Maruta/USP Imagens, 1994.

A partir destas leituras, e levando em consideração a categorização retomada por Haesbaert (2014) sobre duas grandes concepções de território, que são nitidamente antagônicas no sentido do interesse do uso do espaço, foi desenvolvido o quadro teórico a seguir, que busca evidenciar as principais divergências de agenciamento do espaço, para os atores que representam as concepções hegemônicas e as contra-hegemônicas.



Paradigma hegemônico de território

"Capitaneado sobretudo pelas grandes empresas (com o frequente apoio do Estado)" (Haesbaert, 2014, p. 53)
O espaço enquanto uma mera extensão ou superfície, enquanto substrato a disponível a ser explorado, enquanto instrumento de dominação, numa perspectiva altamente funcionalista e fundamentada no modelo extrativo-agro-exportador (Haesbaert, 2014, p. 53)
Território em termos de dominação (privada) do espaço a fim de controlá-lo e criar valor a partir tanto da especulação com o preço (e a monopolização) da terra quanto dos recursos que ela oferece." (Haesbaert, 2014, p. 60)
Lutas hegemônicas (Haesbaert, 2014, p. 59)
Território como estatística (Santos, 1999, p. 19)
Dá conta da divisão dos estados, dos municípios, mas não dos conteúdos (Santos, 1999, p. 19)
Território na perspectiva do planejamento (Santos, 1999, p. 19)
Atuação de experts (Santos, 1999, p. 25)

Paradigma contra-hegemônico de território

Território sobretudo como um espaço-tempo vivido (Haesbaert, 2014, p. 53)
Densificado pelas múltiplas relações sociais e culturais (Haesbaert, 2014, p. 53)
Sujeitos são vistos como "inter-agentes que compõem esse próprio meio e cujo 'bem viver' (como afirmam os indígenas andinos) depende dessa interação" (Haesbaert, 2014, p. 53)
Lutas subalternas de resistência (Haesbaert, 2014, p. 59)
Território como conteúdo social (Santos, 1999, p. 19)
Dinamismo socioterritorial, socioespacial, essas formas-conteúdo que têm a ver com a existência (Santos, 1999, p. 19)
Território usado = território em mudança, em processo (Santos, 1999)
Reconhecimento do saber local (Santos, 1999, p. 21)



PARTE 3: PROPOSTA METODOLÓGICA DE CIRCUITOS FORMATIVOS EM DIREITOS HUMANOS ENQUANTO POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DE METÁFORAS

Considerando que as propostas de práticas educativas do CRJ Feu Rosa são desenvolvidas sobretudo a partir de Circuitos Formativos em Direitos Humanos (CFDH), os Circuitos permitem trabalhar com diferentes tipos de linguagens e interações, tais como debates, diálogos, vivências, etc. considerando a sociabilidade, a diversidade e a promoção da vida, com uma abordagem transversal e estrutural que o CFDH possui perante a metodologia geral dos CRJs (Espírito Santo, 2022, p. 51).

De forma a somar aportes, e mesmo contribuir para processos de formação continuada da equipe de trabalho, elencamos algumas das propostas de interação entre os conhecimentos geográficos e o desenvolvimento das atividades no CRJ, possíveis, sobretudo, pela interação e diálogo de diferentes atores na perspectiva da extensão.

A busca por diálogos e pela validação da pesquisa com a equipe do CRJ

Para possibilitar um processo de validação e socialização inicial da pesquisa, foi aberto um momento de diálogo com a equipe gestora do CRJ Feu Rosa, tendo a proposta de apresentar brevemente os principais pontos da investigação, com destaque para os objetivos, a metodologia, e o protótipo de um produto educacional. Este momento possibilitou algumas contribuições e apontamentos muito relevantes por parte da equipe, de forma a questionar e subsidiar possíveis demandas e lacunas que o trabalho deveria levar em consideração.

Na ocasião, um dos educadores sociais presentes levantou a necessidade da pesquisa considerar a dimensão da mobilidade dos jovens no território, bem como a dificuldade de acesso a espaços públicos de uso coletivo. Pontou como o CRJ é peça importante para via-

bilizar essa mobilidade, sobretudo através de concessão de passagens de transporte coletivo enquanto um dos benefícios oferecidos pelo Centro. O educador trouxe também a necessidade de o conceito de “educação popular” estar intimamente ligado à proposta de educação não formal, dado que é mais abrangente e é uma atribuição profissional que vem crescendo a cada dia. E para isso, o maior desafio do educador popular é a possibilidade teorizar seu fazer profissional, evidenciando a necessidade urgente da garantia de formação desses profissionais.

Na sequência, a terapeuta ocupacional, integrante da equipe multidisciplinar, problematiza o fato de o CRJ estar “acolhendo muitas atribuições”, seja de setores e/ou órgãos públicos bem como espaços de produção de conhecimento (sobretudo Ifes e Ufes), que são, via de regra, demandas bastante desgastantes, e que, geralmente, não proporcionam um retorno ou uma contrapartida satisfatórios para a equipe e os jovens envolvidos. Sobre esse apontamento, cabem interessantes reflexões sobre o papel de instituições acadêmicas e as falhas e incoerências nos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos por essas instituições.

Válido ressaltar que o momento destinado ao compartilhamento da pesquisa com a equipe durou aproximadamente 30 minutos, apesar do clima do diálogo estar notoriamente favorável à possibilidade de alongamento tanto das contribuições quando das discussões que foram levantadas a partir daquele momento, que, entretanto, precisaram ser interrompidas para dar continuidade à rotina de trabalho bastante intensa e diversificada, na qual a equipe está envolvida ao longo do dia.



A aula de campo no território do CRJ Feu Rosa com a disciplina de Geografia Econômica e LABURP - UFES

A partir de uma proposta de trabalho de campo desenvolvido em parceria com a disciplina de Geografia Econômica da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), através do Laburp, foi possível apreendermos coletivamente alguns aspectos importantes sobre o território e suas intermediações, que contribuíram diretamente para uma compreensão geral das principais problemáticas daquele recorte territorial.

Os registros e discussões sobre a atividade possibilitaram publicação do trabalho “Os Percursos das águas e dos descartes de resíduos sólidos na Grande Vitória: Uma experiência de trabalho de campo na disciplina de Geografia Econômica da UFES” (Roccon, G; Zanotelli, C., 2024) na Revista Continentes da UFRRJ, em edição especial para trabalhos de campo, onde se pode ter acesso ao relatório de campo na íntegra.

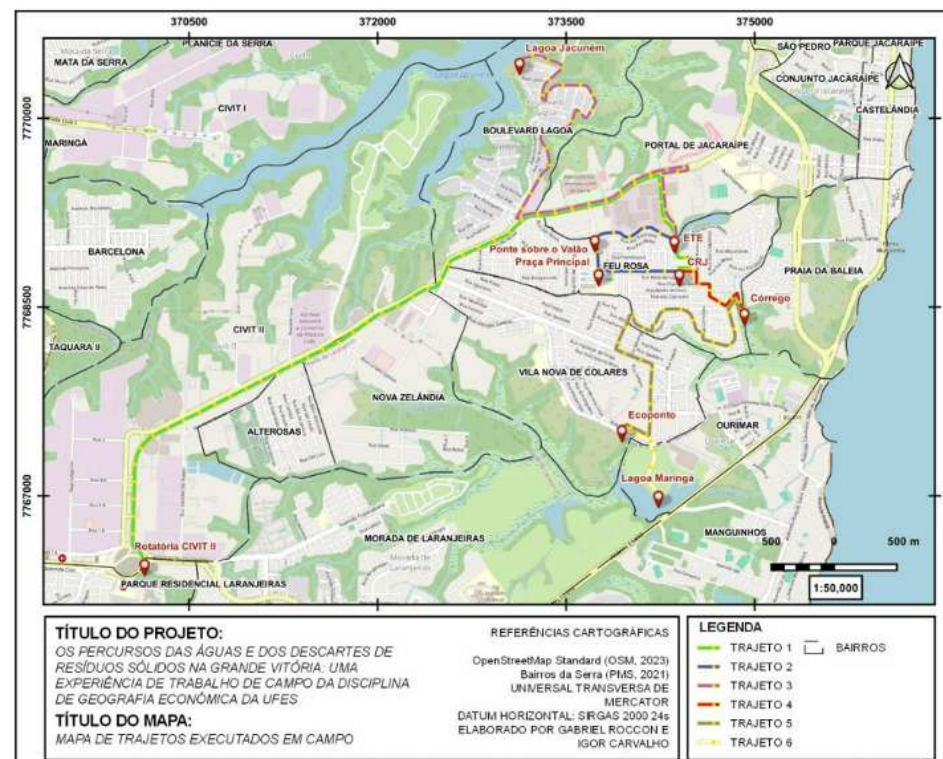
A atividade contou com a participação de estudantes da Ufes, bem como membros da equipe do CRJ Feu Rosa, especialmente os articuladores locais, que contribuíram diretamente para o planejamento da atividade e escolha dos pontos da aula de campo, considerando seus conhecimentos e vivências naquele território. Desta maneira, objetivou-se com a atividade de campo

“buscar elementos que ajudassem a compreender os processos de formação e transformação territoriais, a geo-história, a ocupação urbana, a economia destruidora, a devastação ambiental e a poluição, no âmbito das discussões sobre o antropoceno e o capitaloceno, e a partir da ótica da cidade enquanto lugar da ação neoliberal altamente conflituosa e contraditória, dado que “o neoliberalismo é o discurso dominante de nossa época e tem efeitos bem concretos na cidade” (Zanotelli, 2021, p. 03).”

(Roccon, G; Zanotelli, C., 2024, p. 131)

As problematizações trazidas antes e durante a atividade de campo buscaram compreender as dinâmicas de dois dos bairros que compõem a abrangência do CRJ, sendo eles Feu Rosa e Vila Nova de Colares, tendo como elemento central a busca pelo entendimento de suas dinâmicas espaciais, as quais carregam variadas expressões conflituosas e contraditórias como produto das racionalidades neoliberais nos espaços ur-

anos. Essa racionalidade engendra disputas e concorrências as mais diversas entre indivíduos. É notório o descaso e incapacidade do poder público, em uma atitude de “deixar acontecer”, no que diz respeito às questões ambientais, especialmente no tratamento de esgotos, distribuição da água, coleta e tratamento de rejeitos sólidos, e espaços naturais, assuntos sobre os quais a aula de campo se debruçou mais detalhadamente.



Fonte: Roccon, G.; Zanotelli, C., 2024, p. 10

Apesar dos limites do espaço físico do CRJ Feu Rosa, a equipe também desenvolve atividades em espaços externos, tal como na Praça Central de Feu Rosa, a qual apresenta um elemento de centralidade no bairro, com uma estética muito influenciada pelos grafittis, tendo em vista a ocorrência do tradicional festival internacional Origraffes Original Graffiti Espírito Santo, que, desde 2016, busca expandir a representação de um universo estético agregado ao repertório cultural local, por meio da cultura Hip-Hop, conforme informações dos próprios organizadores do evento.

A experiência de campo na região central do bairro possibilitou ampliar a compreensão sobre os processos de re-territorialização, e sobre a coexistência de outras histórias e vivências que não se resumem simplesmente às suas problemática mais evidentes, que podem ser compreendidas, dentre outros fatores, como consequência da conjugação entre o uso e ocupação habitacional, e o uso e ocupação logístico-industrial, dado que estes bairros são altamente influenciados pelas dinâmicas de um dos maiores centros industriais do Espírito Santo, em se tratando do Complexo Industrial de Vitória - CIVIT II.

Desta forma, é importante apontar que a inserção de diferentes linguagens geográficas de maneira mais intencional e referenciada, e a sensibilidade de perceber e compreender os fenômenos do mundo se manifesta, inicialmente, a partir do próprio território. Sendo assim, é possível concluir que "o trajeto da atividade de campo pôde evidenciar muito bem as múltiplas contradições do processo de gênese da urbanização na cidade de Serra, enquanto expressão da cidade neoliberal" (Roccon, G; Zanotelli, C., 2024, p. 158).

Válido reiterar a importância da atuação dos articuladores locais que compõem a equipe do CRJ Feu Rosa, que, sendo jovens e moradores da região, para além de contribuírem com o planejamento da atividade, estiveram presentes no dia do campo, e, acompanhados da coordenadora geral, acolheram com muito zelo e ânimo os estudantes da Geografia Ufes, compartilhando histórias e informações sobre suas próprias vidas nos bairros, nas ruas, suas dinâmicas territoriais, etc.

Além disso, ao final da disciplina de Geografia Econômica, representantes da equipe do CRJ Feu Rosa estiveram presentes para participar enquanto banca avaliadora da apresentação dos seminários finais da disciplina, que tiveram como temática a exposição de propostas de intervenção no território a partir da aula de campo. Também estiveram presentes servidores da Prefeitura de Vitória e da Serra, além do professor da

disciplina, contribuindo, portanto, para as discussões acerca dos trabalhos e das intervenções propostas pelos estudantes.



Foi, portanto, possível apreender o caráter educativo e formativo que estes profissionais vivenciaram ao longo do processo, demonstrando entusiasmo pelas discussões provocadas pelo professor da disciplina, e engajamento com os demais colegas presentes, evidenciando os frutos de uma integração entre a pesquisa, o ensino e a extensão.



Formação de um Grupo de Trabalho representativo com a equipe do CRJ

Dadas as demais atribuições da equipe para além dos Circuitos Formativos em Direitos Humanos, a proposta de prática pedagógica se desenvolveu a partir da formação de um Grupo de Trabalho (GT) representativo, com a presença da Terapeuta Ocupacional, representando a equipe multiprofissional; de uma articuladora local, enquanto equipe de articulação; uma educadora social, representando a equipe de educadores; e o coordenador institucional, representando as coordenações e a instituição gestora.

A partir da análise das atribuições de cada um dos/das profissionais integrantes da equipe do CRJ, foi possível notar que a proposta das atividades têm bastante congruência com o que se espera da atuação de cada um desses indivíduos, reforçando a proposta de uma pesquisa que se dá a partir observação participante, e que se preocupou em respeitar e valorizar as dinâmicas e condições metodológicas já postas para além da investigação.

Foram realizadas reuniões de planejamento com o Grupo de Trabalho, de forma a desenvolver metodologias ativas e participativas para orientar os Circuitos, considerando as especificidades da educação em espaço não formal, bem como do público que frequenta o CRJ, com a intenção de identificar potenciais discussões geográficas e das humanidades, que têm a espacialidade do território de Feu Rosa, Vila Nova de Colares e Ourimar enquanto fator comum aos jovens, sendo estes bairros, dentre outros, integrantes da área de abrangência do CRJ Feu Rosa, definido em sua metodologia.

Uma proposta de integração das atividades do CRJ com as atividades do Laboratório de Estudos Urbano-regionais, das Paisagens e dos Territórios (Laburp) do departamento de Geografia da Ufes, foi apresentada, e, sendo acolhida, resultou em contribuições para o "II Seminário Economia Destruidora & Energia no Litoral Sudeste do Brasil", que aconteceria nos dias 31 de outubro e 1º de novembro.

Dada a relação da temática do seminário com atividades que já estavam sendo desenvolvidas pelo CRJ, especialmente no que se refere às questões do meio ambiente, da sustentabilidade, de relações territoriais, do racismo ambiental, etc., foram propostas três atividades, sendo elas: uma oficina de titulação de fotografias provenientes de uma exposição fotográfica que havia sido desenvolvida para uma mostra cultural, para posterior apresentação na UFES; a participação em um espaço de diálogo da programação

do Seminário; e a realização de uma intervenção cultural temática na UFES a partir da linguagem do hip-hop.

Além das reuniões presenciais, o GT se manteve ativo por meio de diálogos através de um grupo de Whatsapp, onde foram tratadas questões sobre a organização das atividades, organização do espaço físico, materiais necessários, retornos e encaminhamentos de demandas levantadas, etc.

Grupo de Trabalho

Terapeuta Ocupacional
Educadora Social
Articuladora Local
Coordenador Institucional



Céu azul



A construção da exposição fotográfica "Olhares sobre racismo ambiental"

No mês de abril de 2024, enquanto parte das atividades realizadas pelo CRJ, a equipe propôs o desenvolvimento da oficina "Meio ambiente em foco", que, de acordo com informações contidas no relatório mensal, teve o intuito de desenvolver técnicas de fotografia acessíveis, a partir dos próprios celulares, bem como de máquina fotográfica que inclui o acervo do CRJ, de forma a trabalhar angulação, enquadramento, luz e o uso fotografia como registro de perspectivas.

Esta atividade teve a colaboração de umaicineira que já havia sido parte da equipe de articuladores locais do CRJ Feu Rosa, e, portanto, possuía bom relacionamento com os participantes, além de amplo conhecimento do território e das problemáticas relacionadas à questão do meio ambiente, a qual foi utilizada como problemática da oficina.

Foi proposto aos jovens participantes que capturassem os locais em que chamasse atenção a questão do meio ambiente e da poluição, identificando o conjunto de condições que permitem abrigar e reger a vida em todas as suas formas, e os registrar, por meio de fotografias, materializando o olhar das juventudes. O grupo visitou o Ecoponto Quintal, um espaço dedicado à educação ambiental em Vila Nova de Colares, bem como perpassou pontos de acúmulo de descarte de lixo no bairro de Feu Rosa. Além disso, percorreu a Lagoa do Juara, o Rio Jacaraípe e Praia de Jacaraípe.

Como parte da programação da Mostra Cultural "Sonhar por Becos e vielas da Minha Favela", que ocorreria em agosto, as fotografias capturadas tiveram como propósito a construção e composição de uma exposição fotográfica intitulada "Olhares sobre o Racismo Ambiental".

Para tanto, os jovens que participaram da caminhada se reuniram e conversaram sobre a experiência da oficina, sobre as fotografias feitas, seus olhares no momento em que fotografaram, e qual olhar tinham sobre as fotos após as haverem tirado. Durante este encontro, os jovens relataram que gostaram da proposta da atividade, da ideia de expor sua arte, do vínculo e das boas memórias de infância com o território, além de terem conhecido novos locais.



● **Ultrapassando e redefinindo territórios: a proposta da itinerância da exposição fotográfica e o exercício de construção coletiva de metáforas**

Dada a potencialidade e o impacto causado pelas fotografias na mostra cultural, que permaneceram disponíveis no CRJ Feu Rosa por aproximadamente mais dois meses, foi proposta a possibilidade de itinerância da exposição na Universidade Federal do Espírito Santo, e, de forma complementar, foi pensada uma oficina com o objetivo de realizar a titulação das fotos, dado que ainda não possuíam títulos.

▲ A metodologia para a realização desta oficina foi intensamente discutida nas reuniões do GT entre os meses de agosto e setembro de 2024, e algumas questões foram levantadas por membros da equipe, tais como a dificuldade de mobilização dos jovens que haviam participado da oficina de caminhada fotográfica, que ocorreu no mês de abril, sobretudo pelo fato de alguns deles não estarem mais frequentando o CRJ com regularidade, por questões diversas, dentre as quais o ingresso no mercado de trabalho.

▲ Além disso, considerando que necessitaríamos convidar jovens que não participaram diretamente de todos os processos anteriores, também foi levantada a questão sobre o possível desinteresse em uma atividade denominada de “Circuito Formativo em Direitos Humanos”, dado que os jovens já demonstravam desmotivação para estarem presentes em ocasiões como esta, havendo a necessidade de pensarmos uma estratégia de comunicação para mobilizá-los.

▲ Esta situação levantou uma discussão interessante sobre os limites da metodologia do CRJ, que, apesar de propor que os CFDH devam ser transversais a todas as atividades oferecidas, há a necessidade de constante inventividade para que os jovens se façam presentes, mesmo que para isso seja necessário omitir o fato de que se trata de um Circuito Formativo, ou mesmo inserir os CFDH como atividade que faz parte das demais oficinas, sejam elas esportivas, culturais, profissionalizantes, etc.

Ainda como estratégia de mobilização, ficou acordado que a atividade seria realizada no espaço de convivência, com trânsito livre de pessoas, equipe, etc., e que também poderiam participar os jovens que estivessem presentes no CRJ no momento da oficina, mesmo que não tendo participado das etapas anteriores.

O exercício de titulação foi intermediado pela equipe integrante do Grupo de Trabalho, com a participação de jovens presentes no momento, como uma atividade do espaço de convivência. Os jovens participantes foram inteirados sobre o desafio que tínhamos em sintetizar, por meio de palavras, o que estávamos vendo enquanto imagens, sem a preocupação de buscar uma “resposta correta”.



Foram utilizadas perguntas geradoras como “O que você sente?”, “Do que você lembra?”, “No que você pensa?”, bem como um estímulo por uma interpretação dos diferentes elementos das imagens, seus planos, ângulos, etc.



Buscou-se trabalhar com a ideia de espontaneidade, e pela construção coletiva de ideias, dado que a todo momento os jovens e a equipe buscavam validação das propostas uns com os outros, além de reconhecerem nas fotografias os locais de onde as fotos foram capturadas, e tecerem comentários sobre as problemáticas envolvidas em cada um dos registros no sentido de conviverem com elas em seus trajetos pelos bairros, e em como os registros diziam respeito a suas relações com estes lugares.

Foi possível evidenciar como a titulação de fotografias pode ser tomada como um exercício de síntese de experiências vividas e acumuladas, bem como uma proposta de criação coletiva de metáforas sobre o próprio território, seja a partir da temática do meio ambiente, ou mesmo a partir de outras temáticas que possam ser trabalhadas.

Dentre as propostas de títulos que chegamos coletivamente, encontram-se “Deserto, carniça, resto de bicho jogado fora”, “Em busca de comida”, “Medo”, “As minhas terras têm histórias e nelas há lixões”, “Os meus rios são de dor”, “Bagunça”, “Cemitério”, “O resto de domingo”, bem como “Céu azul” e “O dourado das folhas”, dentro outros. Esta capacidade de síntese da experiência fotográfica a partir da proposição de títulos, tanto literais quanto profundos, evidenciam quais categorias são ativadas no exercício da metáfora, e como as fotografias trazem à tona um repertório linguístico complexo e interessante. As fotografias com seus respectivos títulos podem ser encontradas na íntegra no arquivo referente ao Produto Educacional, parte das entregas relativas à pesquisa.

Paralelamente à titulação das fotografias com os jovens, foi desenvolvido um texto de curadoria para apresentação da exposição, que acompanhou as fotos, possibilitando contextualizar o público sobre a proposta do CFDH, sobre a ideia da fotografia e da titulação enquanto construção coletiva de metáforas, das transformações ambientais e territoriais, da materialização do racismo ambiental em seus cotidianos, e do uso da fotografia como estratégia de expressão e resistência.

Como parte da programação do II Seminário Economia Destruidora e Energia no Litoral Sudeste do Brasil, a exposição foi exibida no corredor do IC 2 do Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES, já com a inclusão dos títulos em cada uma das fotografias, bem como acompanhada do texto de apresentação desenvolvido previamente.

Além da exposição, a partir de convite realizado pelo Laburp, integrantes da equipe do CRJ Feu Rosa, acompanhados de uma jovem participante, estiveram presentes no espaço de diálogo “O urbano, as cidades e os riscos e perigos provocados pela produção do espaço e as r-existências”. De acordo com a programação do evento, esta atividade teve como proposta confluir perspectivas e experiências que discutissem os reflexos e as contradições da aceleração dos processos de neoliberalização e espoliação/exploração/extração do meio ambiente, a acentuação dos processos de extrativismo, de relações sociais e de produção do urbano, mas também das repercussões sobre a biodiversidade e os efeitos os mais diversos sobre os diferentes povos e naturezas vivendo na/da Terra e suas formas de (r)existir.



A mesa contou a participação de convidados que possuíam suas trajetórias, pesquisas e atuação na respectiva temática, representantes de movimentos sociais, associações comunitárias, estudantes e pesquisadores da geografia. A contribuição se deu no sentido de apresentar um panorama da metodologia do CRJ Feu Rosa, e a possibilidade de atuação enquanto um espaço de educação não formal aberto a discussões e práticas sobre questões relacionadas ao meio ambiente. Houve igualmente um breve compartilhamento do percurso metodológico do Circuito Formativo em Direitos Humanos que culminou na exposição, desde a escolha da temática, a oficina fotográfica, a mostra cultural, a oficina de titulação, e a proposta de itinerância da exposição. A oficina responsável pela caminhada fotográfica também esteve presente, e pôde compartilhar suas impressões sobre o processo, especialmente por ser morador do território. A jovem presente deu seu relato enquanto sujeito impactado pela política pública, compartilhando impressões, opiniões, e sobre como a participação no espaço do CRJ contribuiu para a construção de referências e oportunidades.

Tomando a avaliação realizada pela educadora social presente como relato de experiência de sua participação na atividade, podemos encontrar elementos que evidenciam a importância de espaços de integração como o proposto pelo seminário, entretanto indica a necessidade de ampliar o acesso e a participação de cada vez mais sujeitos:

“O II Seminário "Economia Destruidora & Energia no Litoral do Sudeste do Brasil" foi uma oportunidade única para discutir um tema de grande relevância, mas muitas vezes invisível em nosso cotidiano. Uma mesa de debates contou com a participação de diferentes pessoas, de diversas áreas e com experiências variadas, o que trouxe novas perspectivas e uma visão mais ampla sobre o assunto...]. Entretanto, é importante refletirmos sobre o acesso a esses debates. Quem está tendo a oportunidade de participar dessa discussão? Como seria relevante garantir que as pessoas que mais sofrem com esses problemas possam se envolver de maneira significativa? E como transformar as discussões em ações concretas?...] É essencial que momentos como esse ultrapassem os limites do ambiente acadêmico e sejam valorizados em outros espaços, como os populares, tornando-se acessíveis para todos. Pois como já afirma Cesar MC, conhecimento sem visão só te faz mais um burro convicto. E nosso querido [Dermeval] Saviane já dizia que para ser um bom profissional, precisamos ter técnica e comprometimento político.”

(Depoimento de Educadora Social participante do seminário)

De forma a contribuir com uma intervenção cultural como parte da programação do II Seminário, foi desenvolvida, também a partir do GT representativo da equipe do CRJ, uma proposta de sarau cultural realizado ao fim do segundo dia do evento. A intervenção contou com o apoio do Coletivo Cultural e projeto de extensão UFESLAM, com recitação de poesias autorais diversas, dentre elas poesias temáticas sobre meio ambiente, racismo ambiental, economia destruidora, sustentabilidade, territórios e juventudes.

Inicialmente, a proposta seria de que a intervenção fosse realizada na área externa do edifício, mais especificamente no jardim entre o IC 2 e o IC 3, para possibilitar a apreciação da comunidade universitária que estivesse passando pelo local no momento. Entretanto, em decorrência de uma forte chuva, o sarau foi realizado dentro do próprio auditório onde estava ocorrendo o evento.

Os percursos da pesquisa, a partir do acompanhamento e do envolvimento ativo dos da equipe e dos jovens do CRJ Feu Rosa nas diferentes atividades, evidencia a possibilidade de validação de um processo de construção coletiva de metáforas, possibilitando enriquecer, ativar e dar sentido aos próprios conhecimentos e vivências que já possuem a respeito de seus territórios ao longo de suas vidas.

Acompanhados e orientados por uma equipe de trabalho, fruto de uma política pública de juventude, estas práticas podem contribuir para o fortalecimento de ações que compreendem a juventude a partir de suas condições específicas, tomada enquanto uma juventude cidadã como sujeito de direitos (Abramo, 2005b apud Correa, 2008, p. 98), possibilitando a construção de identidades (Martín-Barbero, 2002 apud Correa 2008, p. 84) comprometidas com a transformação da própria realidade.

A seguir, apresentamos texto de curadoria que foi desenvolvido para acompanhar a exposição na proposta de itinerância, bem como um registro das fotografias e seus respectivos títulos desenvolvidos com os jovens do CRJ Feu Rosa.



Olhares sobre Racismo Ambiental: uma reflexão sobre a exposição fotográfica



Uma exposição fotográfica que nasceu a partir de um **Circuito Formativo em Direitos Humanos** do Centro de Referência das Juventudes (CRJ) Feu Rosa, Olhares Sobre Racismo Ambiental tem como perspectiva explorar questões ambientais nos bairros de Feu Rosa, Vila Nova de Colares e Jacaraípe, em Serra/ES, a partir das memórias e vivências das juventudes locais.

Com a proposta de um **percurso fotográfico**, os jovens participantes identificaram as condições que sustentam a vida em suas múltiplas formas, registrando, através de suas lentes, as diversas manifestações do racismo ambiental. A jornada inclui uma visita a um centro de educação ambiental em Vila Nova de Colares, além de percorrerem a Lagoa do Juara, o Rio Jacaraípe, a Praia de Jacaraípe e locais de descarte irregular de lixo em Feu Rosa.

A titulação das fotografias foi realizada também a partir de um Circuito Formativo, no qual os jovens foram estimulados a trabalhar com noções de metaforização, análise dos elementos da imagem, problematizações e, por fim, a capacidade de síntese da experiência fotográfica em títulos, tanto literais quanto profundos, evidenciando o repertório linguístico que imagens como estas trazem ao exercício de interação com as fotografias.

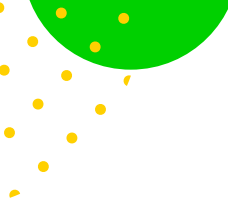
Ao longo da caminhada e da construção desta exposição, foi possível perceber a relação intrínseca entre o ser humano, o meio, o território, as memórias e os afetos.

Cada espaço percorrido evocava lembranças da infância, adolescência e do cotidiano dos jovens, incentivando reflexões sobre as transformações ambientais e territoriais ao longo do tempo, no processo de constituição urbana de bairros da Serra, no contexto da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Essas mudanças e transformações nas paisagens, bem como no uso destes espaços públicos, foram comparadas e avaliadas pelos jovens, seja em termos de experiências positivas ou negativas, como memórias e relatos de **brincadeiras** de amigos descendo o morro com carrinhos de supermercado, as saídas da escola durante a feira livre, interagindo com os feirantes, ou ainda os momentos difíceis de **violência** e perdas de amigos e familiares.

O **racismo ambiental**, que se expressa de maneira contundente nas periferias, se apresenta como uma forma de descaso, exclusão e negligência. A exposição fotográfica, portanto, emerge como um meio de **expressão e resistência** a este processo, através do olhar das juventudes que frequentam e são acompanhadas pelo CRJ, e que, através da arte, encontram formas de existir e resistir às **contradições da cidade neoliberal**.

Edna Aguiar da Costa
Gabriel Roccon

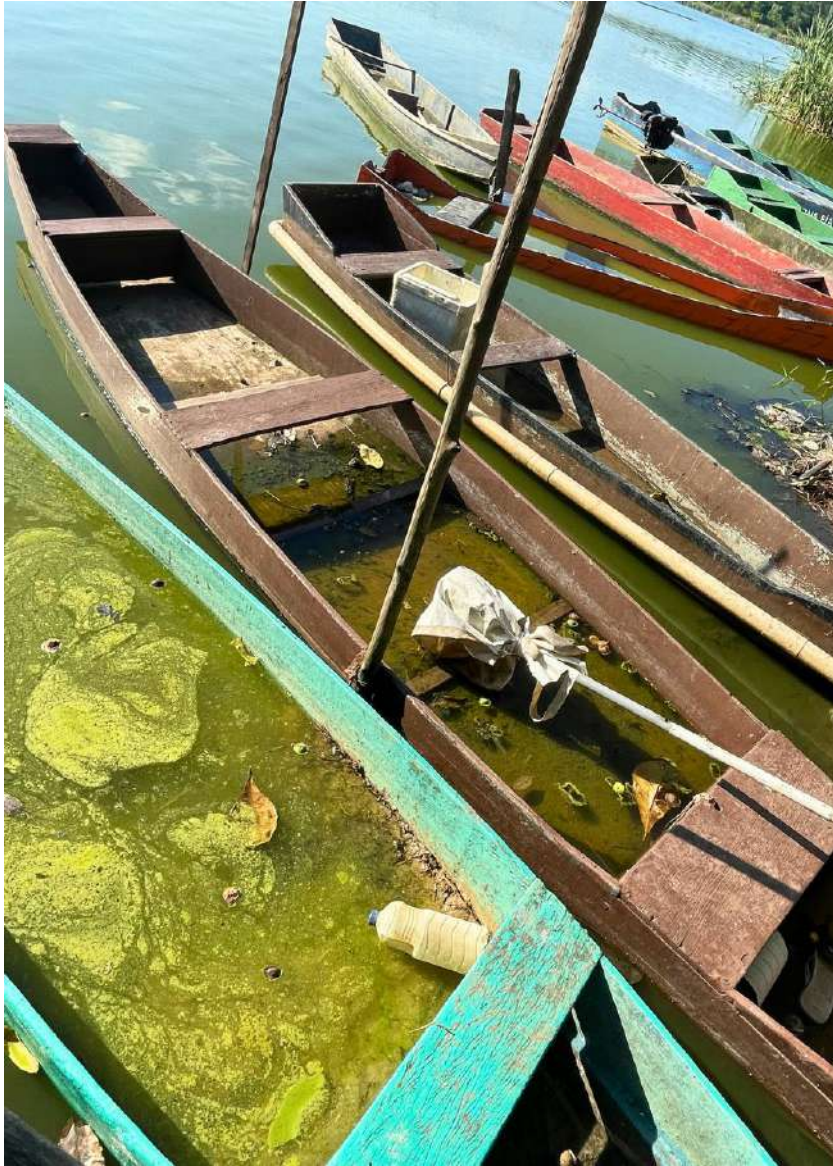


Os meus rios são de dor



Rastros de uma empresa





Lodo verdão

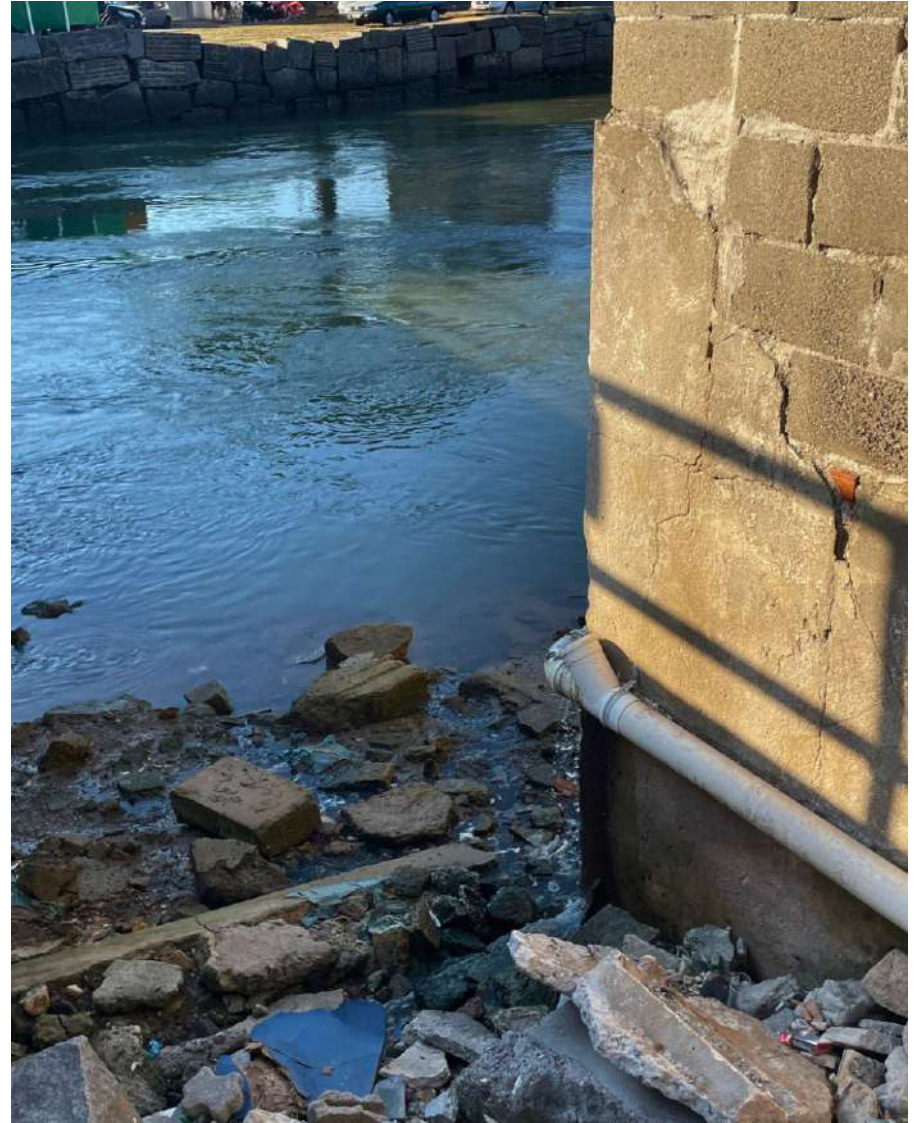


Ponto dos viciados





O dourado das folhas

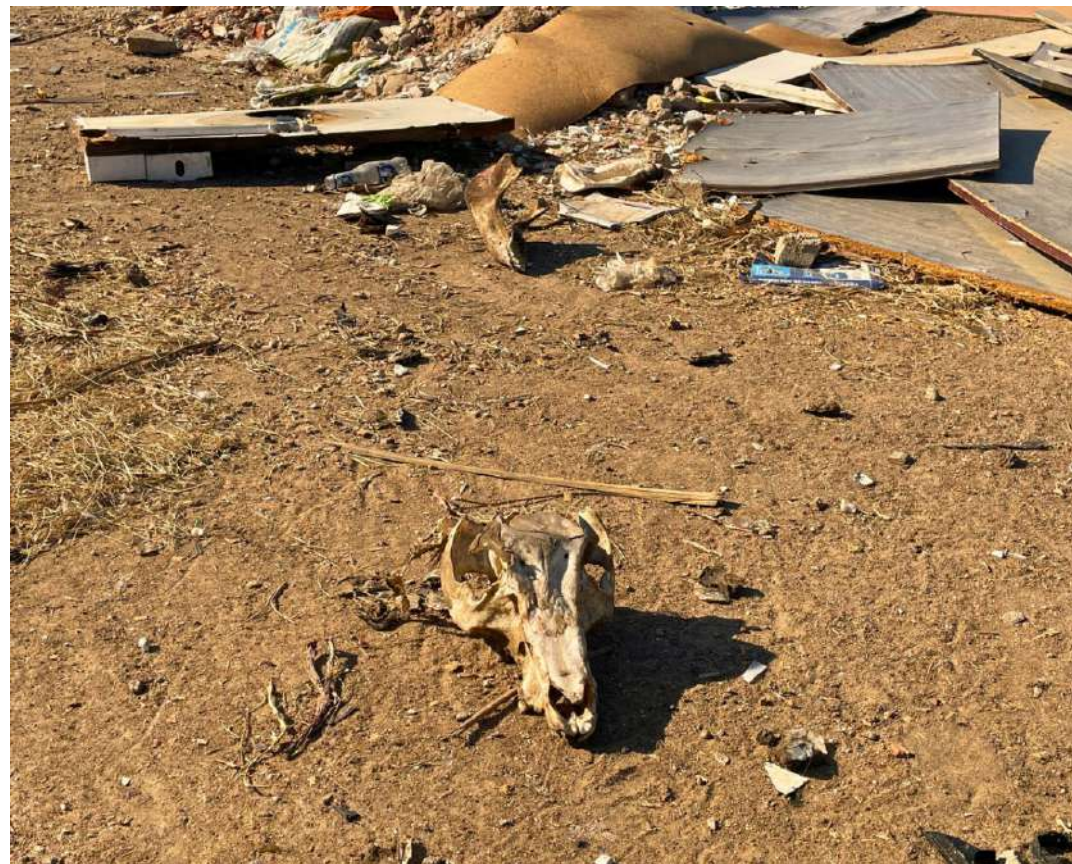


Rio da pedra





Aglomerado de pombos



Deserto, carniça, resto de bicho jogado fora

Conclusões

As contribuições da equipe de trabalho do CRJ Feu Rosa

A proposta de contribuir com o planejamento, execução e avaliação das atividades junto à equipe de trabalho proporcionou resultados muito relevantes ao longo da pesquisa, processo esse que possibilitou a ampliação do foco de atuação também para a equipe de trabalho enquanto sujeitos-chave, e, a partir da equipe, construir propostas de atuação com os jovens.

Buscou-se a todo momento respeitar as dinâmicas já estabelecidas no CRJ Feu Rosa, de forma a evitar ou mitigar a interferência do sujeito pesquisador enquanto ser externo que geralmente aparece para investigar, interferir, e em seguida vai embora com seu título debaixo do braço. Em contraposição a esta problemática, inclusive levantada por uma das trabalhadoras em momento de validação da pesquisa, houve empenho em respeitar as dinâmicas e os fluxos desenvolvidos por estes profissionais, com a intenção de contribuir a partir da inserção mais intencional dos conhecimentos geográficos enquanto ferramentas de ler o mundo, enquanto atribuição relativa à atuação como coordenador institucional.

Desta forma, a interação da equipe com diferentes agentes implicados em uma proposta de pesquisa, ensino e extensão possibilitou tanto o aprimoramento de suas formações na perspectiva da capacitação continuada, bem como, certamente, contribuiu para a oxigenação e legitimação dos debates e atividades que se deram no ambiente acadêmico, geralmente bastante restrito e inacessíveis

As juventudes e suas leituras de mundo

A promoção e a garantia de direitos às juventudes em suas diversidades, tomadas como o foco e o propósito da existência da política pública, deve considerar o direito à cidadania, à educação, à igualdade, à comunicação e liberdade de expressão, ao território, ao meio ambiente, dentre outros, estabelecidos pelo Estatuto da Juventude (Brasil, 2013).

Desta maneira, a partir dos Circuitos Formativos em Direitos Humanos, é constantemente necessário desenvolvermos metodologias capazes de proporcionar o acesso a estes direitos, e, no caso da proposta da pesquisa, considerar o desafio de pensar práticas pedagógicas que relacionem a geografia, as juventudes e o território. De acordo com Correa (2008), as relações territoriais, e a vida no contexto urbano devem ser considerados como importante elemento de análise da cultura juvenil, dado que os jovens são uma metáfora do meio ambiente em que surgem. Ainda sobre isso, pontua que

"Mesmo que habitem realidades espaço-temporais distintas, os jovens são capazes de construir territórios próprios. A ação juvenil serve tanto para redescobrir territórios urbanos esquecidos ou marginais, quanto para dotar de significados determinados espaços e áreas da cidade invisibilizadas e esquecidas."

(Correa, 2008, p. 84)

Apesar da atuação do CRJ estar fortemente relacionada com a questão da capacitação profissional, do emprego e da inserção no mercado de trabalho (o que, contraditoriamente, acaba por restringir a participação dos jovens nas atividades oferecidas), é necessário compreendermos o CRJ enquanto um espaço promotor da cultura, do lazer e da sociabilidade (Pais, 1993 apud Correa, 2008, p. 85), e enquanto um espaço de descoberta e experimentação (Melucci, 2001a apud Correa, 2008, p. 51).

Somado a isso, dado que as atividades dos Circuitos Formativos são propostas em uma metodologia que acolhe espontaneamente grupos de jovens a partir de linguagens múltiplas, "é no interior dos grupos, no domínio do tempo livre que os jovens produzem suas próprias expressões culturais, constituem espaços e modos de ser que os diferenciam do mundo adulto" (Correa, 2008, p. 85). A autora ainda pontua que "práticas coletivas que transcorrem em espaços públicos são os laboratórios onde se processam tais experiências e onde se produzem as subjetividades", evidenciando a potencialidade de transformação social possibilitada pela implementação de uma política com foco especificamente nas juventudes. Todavia, o aferimento e avaliação dos processos de aprendizagem ainda são um desafio, dado que se trata de um contexto de espaço não formal, no qual os conteúdos não são definidos a priori, mas construídos ao longo do processo (Gohn, 2006, p. 31).



Seja através de oficinas de fotografia, de exercícios de titulação de imagens, aulas de campo ou intervenções culturais, deve-se sempre dotar os cotidianos de significados e de problematizações, de forma a aprofundar as visões de mundo, sempre em busca de uma experimentação da cidade para além do território fechado, mas sim que considere e promova a perspectiva da multiterritorialidade, dado que o território está submetido a um processo constante de des-territorialização, territorialização e re-territorialização (Haesbaert, 2003), cabendo disputa pelos rumos e transformações que este território está submetido.

A problemática da pesquisa buscou se debruçar sobretudo no que diz respeito ao direito ao acesso dos conhecimentos geográficos enquanto ferramentas de leitura e transformação da própria realidade. Dado o fato de que o contato orientado com os conceitos da geografia se dá, via de regra em apenas dois contextos, sendo eles na escola (que está fragilizado pelos próprios desafios que essa instituição carrega, além de mudanças significativas nas estruturas curriculares), bem como no ensino superior, aos poucos que têm a oportunidade de acessar esse espaço, podemos concluir que a partir da incorporação da linguagem geográfica possibilitou reencontros tanto para a equipe do CRJ, quanto para os jovens que acessam a política pública, dado que as diferentes atividades desenvolvidas a partir de Circuitos Formativos em Direitos Humanos puderam contribuir para o fortalecimento dos vínculos dos jovens com o território em que vivem, promovendo um processo de reconhecimento, problematização, e chamada à ação transformadora.

A potencialidade do CRJ enquanto política pública de garantia de direitos inclui o direito à formação humana e integral, buscando o acolhimento destas juventudes em suas diversidades. Para uma melhor execução e sustentabilidade desta política, que atualmente ainda é dependente do financiamento de uma instituição estrangeira internacional, e está inserida nos limites de um plano de governo, o CRJ precisa se consolidar enquanto Política Pública de Estado, com previsão orçamentária, mais participação de funcionários de carreira efetivos, e constante monitoramento e mecanismos de participação social na construção da política.

Este desafio está posto tanto para administração pública, quanto para o Conselho Estadual de Juventude do Espírito Santo, bem como para a sociedade civil organizada que historicamente luta pela promoção de políticas públicas de juventude.



Esgoto a céu aberto

Medo



Referências

BRAGA, Rhalf Magalhães. **Território, rede e multiterritorialidade**: Uma abordagem conceitual a partir das corporações. UFMG. Revista Geografias, Belo Horizonte v. 06 n. 02 26-36 Julho dezembro de 2010. Link:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/download/13293/10525/35358>

BRASIL. **Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Juventude. Estação juventude: conceitos fundamentais - pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Org.: Helena Abramo. Brasília: SNJ, 2014b.

CORREA, Licia Maria. **Entre apropriação e recusa: Os significados da experiência escolar para os jovens da periferia urbana de São Bernardo do Campo** (tese de doutorado). Repositório Unesp, SP, 2008. Link:

<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/559a6a9d-d5f3-453b-811f-2a612b8fe894>

DINIZ, Rodrigo Gavioli. **Os Conceitos Geográficos como Sistema: A arte de criar conceitos e transformá-los, propor múltiplos (des)encontros e definições**. UEMS, Geofronter, Campo Grande, v. 7, p. 01-24. Link:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/6732/4732>

ESPÍRITO SANTO. **Metodologia dos Centros de Referência das Juventudes do Governo do Estado do Espírito Santo**. Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), Vitória, 123 p., 2023. Disponível em:

[https://juventudes.es.gov.br/Media/Juventude/DOC2023/Metodologia%20dos%20crjs%20\(1\)%20\(1\).pdf](https://juventudes.es.gov.br/Media/Juventude/DOC2023/Metodologia%20dos%20crjs%20(1)%20(1).pdf)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo | Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2019b.

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/>

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Link:

HAESBAERT, Rogério. **A identidade metropolitana e as marcas da modernidade**. In: **IDENTIDADE E MODERNIDADE: PERSPECTIVAS URBANAS**. Organizado por Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **DA DESTERRITORIALIZAÇÃO À MULTITERRITORIALIDADE**. Boletim Gaúcho de Geografia, 29: 11-24, jan., 2003. Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Geographia, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007. Link:

<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>

Referências

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**, Editora Bertrand Brasil, 2014. 320 páginas.

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. **Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs), Terra Vermelha e Feu Rosa**. (Sumário Executivo). Vitória, ES, 2023a. 42p. Link: <https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/sumarios/SumarioExecutivoCRJ-DIGITAL.pdf>

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. **Pesquisa monitoramento e avaliação dos centros de referência das juventudes**. (Relatório). Vitória, ES, 2023b. 275 p. Link: <https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/relatorios/RelatorioFinalCRJ.pdf>

NETO, Otávio Cruz. **O trabalho de campo como descoberta e criação** (pp. 51-66) in MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 21ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2002.

ROCCON, Gabriel; ZANOTELLI, Cláudio. **Os Percursos das águas e dos descartes de resíduos sólidos na Grande Vitória: Uma experiência de trabalho de campo na disciplina de Geografia Econômica da UFES**. [S.L.], n. 24, p. 129-162, set. 2024. ISSN 2317-8825. Disponível em: <
<https://revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/473>>.doi:
<https://doi.org/10.51308/continentes.v1i24.473>.

RODRIGUES, Márcia de B. F. (org.). **Plano de Segurança Local. Diagnóstico Histórico-Sociológico**. UFES, Serra, 2007. Disponível em:
https://nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/PSL_Feu%20Rosa%20e%20V.N.Colares_Diagnostico.pdf

SANTOS, Milton. **O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, No 2, 1999, p. 15-26.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005. Link:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

SOUZA, Maria Adelia Aparecida. **Milton Santos, um revolucionário**, In: Santos, Milton. O retorno do território. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005, pp. 251-254. Link:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

SPOSITO, Marília; SILVA, Hamilton; SOUZA, Nilson. **Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v.11, n. 32, maio/ago. 2006. Disponível em
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/7KL9WwYS3tqbMS54SzQGcyq/abstract/?lang-pt>.

SPOSITO, M. P., TARÁBOLA, F. de S., GINZELL, F. **Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados**. Linhas Críticas, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, v.27 (2021), e-ISSN1981-0431, pp.1-20. Link:
<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36719/30058>

ZANOTELLI, Claudio Luiz. **A cidade neoliberal no Brasil de uma perspectiva foucaultiana**. Geosp, v. 25, n. 3, e-172194, dez. 2021. ISSN 2179-0892. Link:
<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/172194/177787>